

Propostas em Defesa da Amazônia 28/8/2019

Considerando o cenário inédito e gravíssimo pelo qual o Brasil passa, fruto de uma política de governo explicitamente irresponsável e frontalmente contrária aos preceitos constitucionais socioambientais vigentes desde 1988 que estabelecem incumbir ao Poder público **o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações**, a Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional apresenta abaixo um conjunto de medidas programáticas e legislativas para a contenção da crise e a reestruturação da política ambiental Brasileira.

Cabe ao Parlamento Brasileiro, liderado pelos Presidentes da Câmara e do Senado não se apequenar neste momento de grave crise e apresentar e construir politicamente as soluções (programáticas e legislativas) que podem, em tempo, recolocar o Brasil de volta aos trilhos da sustentabilidade e da responsabilidade climática e no seu devido lugar de País responsável e exemplo efetivo para o Planeta.

Pauta Político-programática positiva (atribuição de fiscalização e controle do Congresso Nacional)

1. Cobrar e apoiar a implementação da 4a fase do Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado) que entre 2005 e 2012 reduziu em mais de 80% os desmatamentos na Amazônia;
2. Cobrar e apoiar a implementação efetiva do Código Florestal sem aceitar nenhuma flexibilização a mais nesta legislatura;
3. Operar politicamente para repor a fonte principal dos recursos do Fundo Clima (restabelecimento do percentual dos royalties do petróleo / pré-sal);
4. Cobrar do executivo e apoiar o fortalecimento institucional do INPE, Ibama, ICMBio, SFB e Funai para ações de controle dos desmatamentos e queimadas, proteção e uso sustentável de florestas;
5. Cobrar do executivo a retomada do Programa de Conversão de Multa do Ibama que investiria mais de R\$2 bilhões em restauração de bacias hidrográficas críticas como a do Rio São Francisco e Rio Parnaíba, no Nordeste;
6. Cobrar a retomada dos projetos e ações do Fundo Amazônia, no âmbito do BNDES, e o restabelecimento do diálogo positivo com os países doadores.

Pauta legislativa Estratégica e Estruturante

7. Apoiar a aprovação da PEC 13/2015 (no Senado) para inserir o Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado como Direito Fundamental no artigo 5º da CF/88;
8. Inserção da variável sustentabilidade ambiental nas discussões da Reforma Tributária que oriente o Brasil para uma transição ecológica segura e ágil para uma Economia Verde;
9. Inserir o Enfrentamento e a adaptação às mudanças climáticas como fundamento da Ordem Econômica e Financeira do Brasil (artigo 170 da CF).

Pauta Legislativa POSITIVA pronta para votação na Câmara

10. PL Desmatamento Ilegal Zero (PL 3337/19);
11. Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PL 11276/18);
12. Pagamento por Serviços Ambientais (Relatório dep. Capiberibe)
13. Retomada dos projetos e ações Fundo Amazônia;
14. Reposição orçamentária dos recursos do Fundo Clima (royalties do petróleo, pre-sal);
15. PL's de Brumadinho;
16. Lei do Mar (PL 6969/2013);
17. Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PL 6670/2016)
18. Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PL 4741/2019)

PAUTA Legislativa NEGATIVA – retirada de pauta / moratória

19. PL do Veneno 6299/2002;
20. Armas e Caça (PL 3723);
21. PL Licenciamento Ambiental (PL 3729/2004 relatório do dep. Kim Kataguirí)
22. PEC 187 de 2016 que permite atividades agropecuárias em Territórios Indígenas e que reduzem direitos territoriais indígenas e de populações tradicionais.
23. PLs que propõem restrições no poder do executivo de criação, gestão e proteção ou que reduzam limites de unidades de conservação, como, por exemplo, o PL da Estrada do Colono.